




**DIFERENÇAS ENTRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA E PRIVADA NO BRASIL E  
SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A MOBILIDADE SOCIAL**

**DIFFERENCES BETWEEN PUBLIC AND PRIVATE EDUCATION IN BRAZIL  
AND THEIR CONSEQUENCES FOR SOCIAL MOBILITY**

**DIFERENCIAS ENTRE LA EDUCACIÓN PÚBLICA Y PRIVADA EN BRASIL Y  
SUS CONSECUENCIAS PARA LA MOVILIDAD SOCIAL**

 <https://doi.org/10.56238/levv16n55-081>

**Data de submissão:** 15/11/2025

**Data de publicação:** 15/12/2025

**Fulvio Marcelo Popiolski**

Prof. Mestre em Administração

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6191612303424396>

---

**RESUMO**

A educação constitui-se como direito fundamental e instrumento de mobilidade social, mas no Brasil a dualidade estrutural entre sistemas público e privado produz trajetórias escolares profundamente desiguais. A segmentação do sistema educacional, aprofundada por processos de mercantilização e financeirização, perpetua ciclos intergeracionais de desigualdade que limitam possibilidades de ascensão social para estudantes de classes populares. Este estudo analisa as diferenças entre educação pública e privada no Brasil e suas implicações para a mobilidade social, investigando como essas diferenças reproduzem ou transformam desigualdades sociais. A pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica sistemática da literatura sobre desigualdades educacionais, políticas públicas e mobilidade social. Os resultados revelam três dimensões principais de diferenciação: infraestrutura e recursos materiais, qualificação e condições de trabalho docente, e orientações pedagógicas e curriculares. A análise demonstra que essas diferenças resultam de escolhas políticas deliberadas que priorizam mercantilização em detrimento de investimento público em qualidade. O estudo conclui que a democratização efetiva da educação exige transformação profunda mediante investimento massivo em educação pública de qualidade, valorização docente e resistência a processos de mercantilização.

**Palavras-chave:** Desigualdades Educacionais. Educação Pública e Privada. Mobilidade Social. Mercantilização da Educação.

**ABSTRACT**

Education constitutes a fundamental right and instrument of social mobility, but in Brazil the structural duality between public and private systems produces profoundly unequal educational trajectories. The segmentation of the educational system, deepened by processes of commodification and financialization, perpetuates intergenerational cycles of inequality that limit possibilities of social ascension for students from popular classes. This study analyzes the differences between public and private education in Brazil and their implications for social mobility, investigating how these differences reproduce or transform social inequalities. The research is characterized as a qualitative study of exploratory and descriptive nature, based on systematic bibliographic review of literature on educational inequalities, public policies and social mobility. The results reveal three main dimensions of differentiation: infrastructure and material resources, qualification and working conditions of

teachers, and pedagogical and curricular orientations. The analysis demonstrates that these differences result from deliberate political choices that prioritize commodification over public investment in quality. The study concludes that effective democratization of education requires profound transformation through massive investment in quality public education, teacher valorization and resistance to commodification processes.

**Keywords:** Educational Inequalities. Public and Private Education. Social Mobility. Commodification of Education.

## RESUMEN

La educación es un derecho fundamental y un instrumento de movilidad social, pero en Brasil, la dualidad estructural entre los sistemas público y privado produce trayectorias educativas profundamente desiguales. La segmentación del sistema educativo, profundizada por procesos de mercantilización y financiarización, perpetúa ciclos intergeneracionales de desigualdad que limitan las posibilidades de avance social para los estudiantes de orígenes de clase trabajadora. Este estudio analiza las diferencias entre la educación pública y privada en Brasil y sus implicaciones para la movilidad social, investigando cómo estas diferencias reproducen o transforman las desigualdades sociales. La investigación se caracteriza por ser un estudio cualitativo de naturaleza exploratoria y descriptiva, basado en una revisión bibliográfica sistemática de la literatura sobre desigualdades educativas, políticas públicas y movilidad social. Los resultados revelan tres dimensiones principales de diferenciación: infraestructura y recursos materiales, cualificaciones docentes y condiciones laborales, y orientaciones pedagógicas y curriculares. El análisis demuestra que estas diferencias son resultado de decisiones políticas deliberadas que priorizan la mercantilización sobre la inversión pública en calidad. El estudio concluye que la democratización efectiva de la educación requiere una transformación profunda mediante una inversión masiva en educación pública de calidad, la valoración del profesorado y la resistencia a los procesos de mercantilización.

**Palabras clave:** Desigualdades Educativas. Educación Pública y Privada. Movilidad Social. Mercantilización de la Educación.

## 1 INTRODUÇÃO

A educação constitui-se como direito fundamental e instrumento primordial para promoção da mobilidade social, configurando-se simultaneamente como bem público e mecanismo de reprodução ou transformação das desigualdades sociais. No Brasil, a dualidade estrutural entre sistemas educacionais público e privado manifesta-se de forma particularmente acentuada, produzindo trajetórias escolares profundamente desiguais que repercutem sobre as possibilidades de ascensão social dos indivíduos. Até que ponto as diferenças qualitativas entre educação pública e privada determinam os destinos sociais dos brasileiros? De que maneira a segmentação do sistema educacional reproduz ou amplifica desigualdades preexistentes? Essas questões impõem-se como fundamentais para compreensão dos mecanismos de perpetuação da desigualdade no país, especialmente em contexto marcado pela crescente mercantilização da educação e pelo enfraquecimento do investimento público no setor.

Almeida (2021, p. 86) evidencia que "o impacto da educação superior com fins lucrativos transformou profundamente o panorama educacional brasileiro, criando segmentações que transcendem a simples distinção entre público e privado". A expansão acelerada do setor privado na educação superior, particularmente mediante instituições com finalidade lucrativa, introduz lógicas mercantis que subordinam objetivos pedagógicos a imperativos de rentabilidade financeira. Essa transformação não representa apenas mudança quantitativa na oferta educacional, mas alteração qualitativa na própria concepção de educação, progressivamente tratada como mercadoria a ser consumida individualmente, e não como direito social a ser garantido coletivamente. As consequências dessa mercantilização estendem-se para além do ensino superior, influenciando todos os níveis educacionais e reconfigurando as relações entre Estado, mercado e sociedade no campo educacional.

Bação *et al.* (2023, p. 49) demonstram que "a financeirização da saúde e da educação no Brasil do século XXI intensificou desigualdades preexistentes, transformando direitos sociais em ativos financeiros". A entrada de grandes grupos econômicos e fundos de investimento no setor educacional brasileiro representa fenômeno relativamente recente, mas de impactos profundos. Instituições educacionais tornam-se componentes de portfólios de investimento, submetidas a exigências de rentabilidade que frequentemente conflitam com compromissos de qualidade pedagógica e inclusão social. Essa financeirização articula-se com processos mais amplos de neoliberalização, nos quais responsabilidades estatais são progressivamente transferidas para mercados, e cidadãos são reconfigurados como consumidores. A educação pública, subfinanciada e desvalorizada, torna-se opção residual para aqueles que não podem acessar o mercado educacional privado.

A distinção entre educação pública e privada no Brasil não se resume a diferenças de gestão ou financiamento, mas expressa clivagens sociais profundas. Bechi e Almeida (2024, p. 3) alertam que "a privatização exógena e os avanços do capitalismo acadêmico no Brasil e na Argentina representam

ameaças à autonomia universitária e à função social da educação superior". A pressão por privatização não resulta exclusivamente de dinâmicas internas, mas articula-se com agendas internacionais que promovem redução do papel estatal e expansão de mercados educacionais. Organismos multilaterais, grupos empresariais e think tanks neoliberais atuam coordenadamente para remodelar sistemas educacionais segundo lógicas de mercado, apresentando a privatização como solução inevitável para supostas ineficiências do setor público. Essa narrativa obscurece o fato de que o subfinanciamento da educação pública resulta de escolhas políticas deliberadas, não de limitações técnicas ou econômicas insuperáveis.

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como a segmentação do sistema educacional brasileiro afeta as possibilidades de mobilidade social, particularmente em sociedade marcada por desigualdades históricas profundas. A educação pode funcionar como mecanismo de democratização de oportunidades ou como instrumento de reprodução de privilégios, dependendo de como se estrutura e de quem tem acesso a diferentes modalidades e qualidades de ensino. Investigar as diferenças entre educação pública e privada e suas consequências para mobilidade social significa examinar um dos principais mecanismos através dos quais desigualdades são perpetuadas ou contestadas na sociedade brasileira contemporânea.

O objetivo geral desta pesquisa consiste em analisar as diferenças entre educação pública e privada no Brasil e suas implicações para a mobilidade social. Como objetivos específicos, propõe-se: caracterizar as principais diferenças estruturais, pedagógicas e de financiamento entre os sistemas público e privado de educação; examinar os processos de mercantilização e financeirização da educação brasileira; identificar os impactos dessas diferenças sobre trajetórias educacionais e profissionais de estudantes de diferentes origens sociais; e avaliar as consequências da segmentação educacional para a reprodução ou transformação das desigualdades sociais no país.

Este trabalho estrutura-se em quatro seções principais. Após esta introdução, o referencial teórico apresenta os conceitos fundamentais para compreensão do fenômeno, dialogando com autores que investigam desigualdades educacionais, políticas públicas e mobilidade social. A metodologia detalha os procedimentos adotados para coleta e análise de dados, explicitando as escolhas metodológicas e suas justificativas. Os resultados e discussão apresentam os achados da pesquisa, estabelecendo relações entre os dados empíricos e o arcabouço teórico mobilizado. Por fim, as considerações finais sintetizam as principais contribuições do estudo, apontam suas limitações e sugerem direções para investigações futuras. A compreensão aprofundada das diferenças entre educação pública e privada e seus impactos sobre mobilidade social constitui passo fundamental para o desenvolvimento de políticas educacionais mais equitativas, capazes de romper com ciclos intergeracionais de pobreza e promover sociedade verdadeiramente democrática, na qual

oportunidades de desenvolvimento não sejam determinadas pelas condições de nascimento, mas garantidas como direito universal.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A compreensão das desigualdades educacionais no Brasil exige análise histórica que reconheça as continuidades entre diferentes períodos políticos e as influências externas sobre políticas educacionais nacionais. Bombarda (2019, p. 248) afirma que "a influência das agências internacionais no Brasil, particularmente os acordos MEC/USAID no contexto da ditadura militar de 1964, estabeleceram padrões de subordinação das políticas educacionais a interesses externos". Esses acordos, celebrados entre o Ministério da Educação brasileiro e a agência estadunidense *United States Agency for International Development*, não apenas transferiram recursos financeiros, mas impuseram modelos educacionais alinhados com interesses geopolíticos e econômicos dos Estados Unidos. A herança desses acordos manifesta-se na persistente influência de organismos internacionais sobre políticas educacionais brasileiras, que frequentemente priorizam formação de capital humano para mercados de trabalho em detrimento de educação emancipatória e crítica.

A análise das políticas educacionais contemporâneas revela tensões entre concepções de educação como direito humano e como serviço mercantil. Borghi e Domiciano (2023, p. 205) demonstram que "o Programa Acelera Brasil na rede estadual de Goiás apresenta implicações problemáticas para o direito humano à educação, subordinando processos pedagógicos a lógicas de aceleração e padronização". Programas dessa natureza, frequentemente apresentados como soluções inovadoras para problemas educacionais, operam mediante simplificação de processos complexos de ensino-aprendizagem, reduzindo educação a transmissão de conteúdos mensuráveis por avaliações padronizadas. Essa abordagem ignora dimensões fundamentais da educação, como desenvolvimento de pensamento crítico, formação cidadã e construção de subjetividades autônomas. A padronização e aceleração servem, assim, não à democratização da educação de qualidade, mas à produção de trabalhadores minimamente qualificados para inserção precária em mercados de trabalho.

A formação docente constitui elemento fundamental para compreensão das diferenças qualitativas entre sistemas educacionais. Brito *et al.* (2021, p. 120) argumentam que "a formação docente e o currículo enfrentam desafios contemporâneos que incluem precarização do trabalho pedagógico, desvalorização profissional e imposição de currículos padronizados". Professores da rede pública frequentemente trabalham em condições adversas, com salários insuficientes, infraestrutura precária e sobrecarga de trabalho que inviabiliza dedicação adequada ao planejamento e à atualização pedagógica. Simultaneamente, enfrentam pressões por resultados em avaliações externas, que desconsideram as condições concretas de trabalho e as especificidades dos contextos escolares. A rede privada, embora ofereça condições materiais frequentemente superiores, submete docentes a lógicas

empresariais que podem comprometer autonomia pedagógica, subordinando práticas educativas a demandas de clientes-consumidores e a estratégias de marketing institucional.

A dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro articula-se com desigualdades sociais mais amplas, produzindo trajetórias escolares profundamente diferenciadas. Estudantes de famílias de alta renda acessam instituições privadas de elite, que oferecem infraestrutura sofisticada, corpo docente qualificado, turmas reduzidas e atividades extracurriculares diversificadas. Esses estudantes acumulam vantagens competitivas que se manifestam em desempenho superior em exames vestibulares, acesso a universidades públicas de prestígio e inserção privilegiada em mercados de trabalho. Estudantes de famílias de baixa renda, majoritariamente matriculados em escolas públicas subfinanciadas, enfrentam condições adversas que incluem infraestrutura inadequada, escassez de materiais didáticos, violência escolar e docentes sobrecarregados. Essas desvantagens acumuladas limitam suas possibilidades de progressão educacional e mobilidade social.

A mercantilização da educação superior brasileira representa fenômeno particularmente significativo para compreensão das desigualdades educacionais contemporâneas. A expansão acelerada de instituições privadas, especialmente mediante educação a distância e grupos educacionais de capital aberto, transformou o panorama da educação superior no país. Essas instituições frequentemente priorizam cursos de baixo custo operacional, oferecem formação aligeirada e empregam docentes em condições precárias. Estudantes de baixa renda, impossibilitados de acessar universidades públicas devido a deficiências acumuladas na educação básica, recorrem a essas instituições privadas, frequentemente mediante endividamento através de programas de financiamento estudantil. Obtêm diplomas de valor questionável no mercado de trabalho, perpetuando ciclos de desigualdade sob aparência de democratização do acesso.

A relação entre educação e mobilidade social constitui objeto de intenso debate teórico. Perspectivas funcionalistas apresentam a educação como mecanismo meritocrático de alocação de indivíduos em posições sociais, argumentando que sistemas educacionais recompensam talento e esforço independentemente de origens sociais. Perspectivas críticas, contudo, evidenciam que sistemas educacionais frequentemente reproduzem desigualdades preexistentes, favorecendo estudantes de classes privilegiadas mediante mecanismos sutis de seleção e exclusão. O capital cultural, conceito desenvolvido por Pierre Bourdieu, refere-se a conhecimentos, habilidades e disposições valorizados por instituições educacionais, desigualmente distribuídos entre classes sociais. Estudantes de famílias privilegiadas herdam capital cultural que facilita seu sucesso escolar, enquanto estudantes de classes populares enfrentam distância entre suas culturas familiares e a cultura escolar dominante.

As políticas educacionais brasileiras oscilam entre tentativas de democratização e pressões por privatização. Momentos históricos de expansão do acesso educacional, como a universalização do ensino fundamental e a expansão da educação superior pública nas primeiras décadas do século XXI,

convivem com processos de mercantilização, subfinanciamento e precarização. Reformas recentes, como a reforma do ensino médio e a Base Nacional Comum Curricular, são objeto de intensas controvérsias, com críticos argumentando que subordinam educação a demandas empresariais e reduzem autonomia docente. O debate sobre educação pública versus privada no Brasil não se resume a questões técnicas de eficiência ou gestão, mas expressa conflitos fundamentais sobre o tipo de sociedade que se deseja construir: uma sociedade na qual educação de qualidade é privilégio de poucos ou direito efetivo de todos. A resposta a essa questão determina não apenas o futuro do sistema educacional, mas as possibilidades de construção de sociedade verdadeiramente democrática e igualitária.

### 3 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como estudo qualitativo de natureza exploratória e descritiva, fundamentado em revisão bibliográfica sistemática da literatura sobre desigualdades educacionais, políticas públicas de educação e mobilidade social no Brasil. A abordagem qualitativa justifica-se pela complexidade do objeto investigado, que exige compreensão aprofundada de processos históricos, políticos e sociais que estruturam as diferenças entre educação pública e privada e suas consequências para trajetórias individuais e coletivas. Carvalho *et al.* (2020) analisam a política pública de educação profissional no Brasil, identificando padrões de descaso, conveniência, avanço e retrocesso que caracterizam a atuação estatal no setor educacional. Essa perspectiva histórica orienta a presente pesquisa, que reconhece a necessidade de situar as configurações atuais do sistema educacional em contextos políticos e econômicos mais amplos, evitando análises a-históricas que naturalizam desigualdades socialmente construídas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa assume caráter exploratório na medida em que busca mapear e sistematizar conhecimentos dispersos sobre as diferenças entre educação pública e privada no Brasil, e descritivo ao propor-se caracterizar essas diferenças e seus impactos sobre mobilidade social. Feitosa *et al.* (2022) examinam os impactos do isolamento social sobre a qualidade do acesso à educação básica no Brasil durante a pandemia de COVID-19, evidenciando como crises amplificam desigualdades educacionais preexistentes. Essa sensibilidade para contextos específicos e eventos conjunturais orienta a seleção temporal do corpus bibliográfico, que privilegia publicações dos últimos cinco anos, período marcado por transformações significativas no sistema educacional brasileiro, incluindo reformas curriculares, mudanças em políticas de financiamento e impactos da pandemia sobre processos educacionais.

O corpus de análise constitui-se de artigos científicos, livros, capítulos de livros, teses e dissertações que abordam desigualdades educacionais, diferenças entre sistemas público e privado de educação, políticas educacionais e mobilidade social no contexto brasileiro. Os critérios de seleção



incluíram relevância temática, rigor metodológico, atualidade e diversidade de perspectivas teóricas. Fernandes *et al.* (2020) mapeiam a educação em enfermagem sob perspectiva de transformação, demonstrando a importância de abordagens que reconheçam especificidades de diferentes áreas do conhecimento e níveis educacionais. Essa perspectiva fundamenta a decisão de incluir no corpus estudos que abordam diferentes níveis e modalidades educacionais, desde educação básica até ensino superior, reconhecendo que desigualdades manifestam-se de formas específicas em cada contexto, mas articulam-se em sistema mais amplo de reprodução de privilégios e exclusões.

A coleta de dados desenvolveu-se mediante busca sistemática em bases de dados acadêmicas, incluindo SciELO, Portal de Periódicos CAPES, Google Acadêmico e repositórios institucionais de universidades brasileiras. Foram utilizados descritores como "desigualdades educacionais", "educação pública e privada", "mobilidade social", "mercantilização da educação", "financeirização da educação" e "políticas educacionais no Brasil". A busca inicial identificou amplo conjunto de publicações, posteriormente refinado mediante leitura de títulos e resumos para verificação de aderência aos objetivos da pesquisa. Fraga *et al.* (2022) investigam fatores que influenciam níveis de mobilidade intergeracional entre graduados em educação superior no Brasil, comparando os anos de 2004 e 2018. Essa abordagem longitudinal inspira a presente pesquisa, que busca identificar não apenas configurações atuais do sistema educacional, mas também transformações ao longo do tempo e suas implicações para mobilidade social.

O procedimento analítico fundamenta-se em análise de conteúdo temática, abordagem que permite identificar, analisar e relatar padrões recorrentes em dados qualitativos. A análise desenvolveu-se em três etapas: familiarização com o corpus mediante leitura exploratória dos materiais selecionados; codificação temática, identificando categorias analíticas emergentes relacionadas a diferenças estruturais, pedagógicas e de financiamento entre educação pública e privada, processos de mercantilização e financeirização, e impactos sobre mobilidade social; e interpretação crítica, relacionando os achados com teorias sobre desigualdades educacionais, reprodução social e políticas públicas. Cada publicação foi analisada considerando seus argumentos centrais, evidências empíricas apresentadas, referencial teórico mobilizado e contribuições específicas para compreensão do fenômeno investigado.

Aspectos éticos foram cuidadosamente considerados ao longo do processo investigativo. Embora pesquisas bibliográficas não envolvam participantes humanos diretos, exigem rigor na citação de fontes, respeito à propriedade intelectual e compromisso com representação fiel das ideias dos autores consultados. Todas as fontes utilizadas são devidamente referenciadas conforme normas acadêmicas, evitando plágio e garantindo rastreabilidade das informações. Reconhece-se, ainda, que pesquisas sobre desigualdades educacionais carregam dimensões políticas e éticas, na medida em que podem contribuir para naturalização ou contestação de injustiças sociais. Esta pesquisa posiciona-se



explicitamente em favor da democratização da educação de qualidade como direito universal, rejeitando perspectivas que naturalizam desigualdades ou apresentam mercantilização como solução inevitável.

Limitações metodológicas devem ser explicitamente reconhecidas. Primeiro, a pesquisa fundamenta-se exclusivamente em fontes bibliográficas, não incluindo dados empíricos primários coletados mediante pesquisa de campo. Segundo, a análise concentra-se no contexto brasileiro, não contemplando comparações sistemáticas com sistemas educacionais de outros países que poderiam enriquecer a compreensão do fenômeno. Terceiro, a seleção do corpus, embora sistemática, envolve escolhas que inevitavelmente privilegiam determinadas perspectivas em detrimento de outras. Quarto, a natureza qualitativa da análise, embora permita profundidade interpretativa, não possibilita generalizações estatísticas sobre magnitude ou distribuição dos fenômenos investigados. Essas limitações não invalidam os achados, mas delimitam seu escopo e sugerem direções para pesquisas futuras que possam complementar e expandir a compreensão das diferenças entre educação pública e privada no Brasil e suas consequências para mobilidade social, fenômeno que permanece central para compreensão das desigualdades brasileiras e para desenvolvimento de políticas capazes de promover justiça social.

Quadro 1 –Referências Acadêmicas e Suas Contribuições para a Pesquisa

Autor	Título	Ano	Contribuições
Bombarda, A.	A influência das agências internacionais no Brasil: os acordos MEC/USAID no contexto da ditadura militar de 1964	2019	Ajuda a compreender a origem histórica de agendas e reformas educacionais influenciadas por organismos/agências externas, situando disputas político-institucionais.
Loureiro, P.	Social structure and distributive policies under the PT governments: a poverty-reducing variety of neoliberalism	2019	Oferece base para interpretar políticas distributivas e seus limites/contradições no contexto de reformas e modelos de Estado, útil para discutir educação e desigualdade.
Carvalho, F.; Pereira, C.; Cruz, D.	A política pública de educação profissional no Brasil: descaso, conveniência, avanço e retrocesso	2020	Analisa oscilações e disputas na educação profissional, contribuindo para avaliar continuidade/ruptura de políticas e efeitos sobre oferta e acesso.
Fernandes, J.; Silva, R.; Teixeira, G.; Florêncio, R.; Silva, L.; Freitas, C.	Nursing education: mapping in the perspective of transformation	2020	Mapeia a formação em enfermagem sob a ótica de transformações (tendências, mudanças e necessidades), útil para debates sobre qualidade e expansão formativa.
Gauthier, N.; Freitas, M.	Programa ciência sem fronteiras: um relato de experiência por estudantes de engenharia de pesca	2020	Traz evidências qualitativas (relato) sobre internacionalização e formação, ajudando a discutir impactos e limites de programas públicos.
Lima, C.	A relação público-privado na expansão do atendimento à educação infantil no município de Teresina-PI	2020	Contribui para a discussão sobre parcerias público-privadas e municipalização/expansão de vagas na educação infantil, com foco em implementação local.
Almeida, W.	The impact of for-profit higher education on Brazilian education	2021	Fundamenta o debate sobre mercantilização do ensino superior e efeitos do setor for-profit (acesso, qualidade, regulação e desigualdade).
Brito, V.; Silva, D.; Nunes, C.	Formação docente e currículo: desafios contemporâneos	2021	Sustenta discussões sobre formação docente e currículo frente a mudanças contemporâneas, útil

			para problematizar políticas, competências e práticas.
Machado, C.; Andrade, E.	Democratização do direito à educação básica no Brasil: algumas ponderações	2021	Discute a democratização do direito à educação básica, contribuindo para a análise de acesso, permanência e desigualdades educacionais.
Feitosa, W.; Prestes, T.; Araújo, A.; Gonçalves, A.; Rocha, A.; Silva, L.; Vasconcelos, V.	Educação em tempos de COVID-19: uma revisão sistemática sobre os impactos do isolamento social na qualidade do acesso à educação básica no Brasil	2022	Síntese de evidências sobre efeitos da pandemia no acesso e qualidade da educação básica; aponta lacunas e implicações para políticas de mitigação.
Fraga, L.; Pelegrini, T.; Bagolin, I.	The factors influencing intergenerational mobility levels among higher education graduates in Brazil: a comparison of the years 2004 and 2018	2022	Relaciona ensino superior e mobilidade intergeracional, apoiando análises sobre retorno social da educação e persistência de desigualdades.
Bação, P.; Mazon, D.; Simões, M.	The financialization of health and education and inequality in twenty-first century Brazil	2023	Avança na compreensão de como a financeirização impacta educação/saúde e amplia desigualdades; útil para enquadramento macroestrutural.
Borghi, R.; Domiciano, C.	Programa Acelera Brasil na rede estadual de Goiás: implicações para o direito humano à educação (DHE)	2023	Analisa um programa educacional e suas implicações para o direito humano à educação, contribuindo para avaliação de políticas por lentes de direitos.
Góis, E.; Salerno, S.; Silva, S.	O impacto do relatório elaborado pelo Banco Mundial na educação superior no Brasil	2023	Discute influência de organismo internacional (Banco Mundial) no ensino superior, útil para examinar agenda, recomendações e efeitos na formulação de políticas.
Guimarães, R.; Silva, A.; Souza, M.; Guimarães, A.; Lauro, M.; Naghettini, A.; Lima, P.	Trend and spatial clustering of medical education in Brazil: an ecological study of time series from 2010 to 2021	2023	Evidencia tendências e concentração espacial da formação médica, apoiando debates sobre distribuição territorial de cursos e desigualdades regionais.
Khawaja, S.; Anjos, E.	Challenges and prospects of private higher education in Brazil	2023	Sistematiza desafios e perspectivas do ensino superior privado, contribuindo para discussões de regulação, qualidade e expansão.
Bechi, D.; Almeida, M.	Exogenous privatization and advances of academic capitalism in Brazil and Argentina	2024	Aprofunda o conceito de privatização exógena e “capitalismo acadêmico”, comparando Brasil/Argentina e fortalecendo interpretação crítica das reformas.

Fonte: Elaboração do próprio autor

O quadro é relevante porque sistematiza a literatura por temporalidade, permitindo visualizar como o debate evolui (da influência histórico-institucional e das políticas distributivas, passando por reformas e relações público-privadas, até mercantilização/financeirização e privatização exógena). Com isso, ele facilita identificar tendências, convergências e lacunas, orientando a construção do referencial teórico, a justificativa do problema e a delimitação do seu recorte analítico com mais rigor.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da literatura sobre diferenças entre educação pública e privada no Brasil revelou padrões consistentes que evidenciam a segmentação profunda do sistema educacional e suas implicações para mobilidade social. Os estudos examinados convergem na identificação de três dimensões principais de diferenciação: infraestrutura e recursos materiais, qualificação e condições de

trabalho docente, e orientações pedagógicas e curriculares. Gauthier e Freitas (2020) relatam experiências de estudantes de engenharia de pesca no Programa Ciência sem Fronteiras, evidenciando como políticas de internacionalização beneficiam desproporcionalmente estudantes de instituições de elite. Essa constatação ilustra como desigualdades educacionais manifestam-se não apenas em diferenças de acesso, mas também em oportunidades diferenciadas de enriquecimento curricular, experiências internacionais e construção de redes profissionais que amplificam vantagens iniciais de estudantes privilegiados.

A primeira dimensão identificada refere-se às disparidades materiais entre instituições públicas e privadas. Escolas públicas, especialmente aquelas localizadas em periferias urbanas e áreas rurais, frequentemente carecem de infraestrutura básica adequada, incluindo bibliotecas, laboratórios, equipamentos tecnológicos e até mesmo condições sanitárias apropriadas. Góis *et al.* (2023) analisam o impacto do relatório elaborado pelo Banco Mundial na educação superior no Brasil, demonstrando como recomendações de organismos internacionais priorizam eficiência fiscal em detrimento de investimentos em qualidade educacional. Essas orientações contribuem para perpetuação do subfinanciamento da educação pública, criando círculo vicioso no qual recursos insuficientes produzem resultados insatisfatórios, que são então utilizados para justificar novas reduções de investimento e pressões por privatização. Instituições privadas de elite, por outro lado, oferecem infraestrutura sofisticada que inclui não apenas recursos pedagógicos avançados, mas também espaços de convivência, atividades culturais e esportivas que contribuem para formação integral dos estudantes.

A segunda dimensão relaciona-se às condições de trabalho e qualificação docente. Guimarães *et al.* (2023) examinam tendências e agrupamentos espaciais da educação médica no Brasil entre 2010 e 2021, revelando concentração de instituições de qualidade em regiões privilegiadas e expansão desordenada em áreas periféricas. Esse padrão de distribuição espacial desigual articula-se com diferenças na qualificação docente, com professores mais qualificados concentrando-se em instituições de prestígio localizadas em grandes centros urbanos. Docentes da rede pública enfrentam desvalorização salarial crônica, sobrecarga de trabalho resultante de jornadas extensas em múltiplas escolas, e condições adversas que dificultam atualização profissional e dedicação adequada ao planejamento pedagógico. Instituições privadas de elite, embora também possam precarizar trabalho docente mediante contratos temporários e pressões por produtividade, geralmente oferecem condições materiais superiores que facilitam práticas pedagógicas mais elaboradas.

A terceira dimensão refere-se às orientações pedagógicas e curriculares que diferenciam instituições públicas e privadas. Khawaja e Anjos (2023) discutem desafios e perspectivas da educação superior privada no Brasil, evidenciando tensões entre objetivos educacionais e imperativos de rentabilidade financeira. Instituições privadas com finalidade lucrativa frequentemente priorizam cursos de baixo custo operacional, oferecem currículos padronizados que facilitam expansão em

escala, e empregam metodologias de ensino que privilegiam transmissão de conteúdos em detrimento de desenvolvimento de pensamento crítico. Instituições públicas, embora enfrentem limitações materiais significativas, frequentemente preservam maior autonomia pedagógica e compromisso com formação integral, crítica e cidadã. Essa diferença, contudo, manifesta-se de forma desigual, com instituições públicas de elite aproximando-se de padrões de excelência, enquanto escolas públicas periféricas lutam para garantir condições mínimas de funcionamento.

A análise revelou, ainda, que as diferenças entre educação pública e privada articulam-se com processos mais amplos de mercantilização e financeirização. Lima (2020) examina a relação público-privado na expansão do atendimento à educação infantil no município de Teresina, demonstrando como parcerias entre poder público e setor privado frequentemente transferem recursos públicos para instituições privadas sem garantias adequadas de qualidade. Esse padrão repete-se em diferentes níveis educacionais e regiões do país, configurando processo de privatização por dentro do sistema público, no qual o Estado financia, mas não executa diretamente serviços educacionais. Essas parcerias frequentemente beneficiam grupos empresariais em detrimento da qualidade educacional, perpetuando desigualdades sob retórica de eficiência e inovação.

As consequências dessas diferenças para mobilidade social manifestam-se de forma clara e preocupante. Loureiro (2019) analisa estrutura social e políticas distributivas sob os governos do Partido dos Trabalhadores, identificando uma variedade de neoliberalismo que reduz pobreza sem transformar estruturas de desigualdade. Políticas de expansão do acesso educacional, embora importantes, não foram acompanhadas de investimentos suficientes em qualidade, resultando em democratização do acesso a educação de baixa qualidade para classes populares, enquanto elites preservam acesso a instituições de excelência. Estudantes de famílias privilegiadas acumulam vantagens competitivas ao longo de suas trajetórias educacionais, acessando universidades públicas de prestígio mediante preparação em escolas privadas de elite, enquanto estudantes de escolas públicas periféricas, quando conseguem acessar educação superior, frequentemente o fazem em instituições privadas de baixa qualidade, mediante endividamento que compromete suas possibilidades de mobilidade social.

Machado e Andrade (2021) ponderam sobre a democratização do direito à educação básica no Brasil, argumentando que avanços quantitativos no acesso não foram acompanhados de transformações qualitativas que garantam educação de qualidade para todos. Os achados desta pesquisa corroboram essa análise, evidenciando que a segmentação do sistema educacional brasileiro perpetua e amplifica desigualdades sociais preexistentes. A educação, que deveria funcionar como mecanismo de democratização de oportunidades, opera frequentemente como instrumento de reprodução de privilégios, na medida em que a qualidade educacional acessada por cada indivíduo correlaciona-se fortemente com sua origem social. A mobilidade social ascendente, embora não

impossível, torna-se exceção que confirma a regra da reprodução intergeracional de desigualdades. A superação desse padrão exige não apenas expansão do acesso, mas transformação profunda do sistema educacional, mediante investimento massivo em educação pública de qualidade, valorização docente, redução de desigualdades regionais e resistência a processos de mercantilização que subordinam educação a lógicas de lucro em detrimento de compromissos com justiça social e desenvolvimento humano integral.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo propôs-se a analisar as diferenças entre educação pública e privada no Brasil e suas implicações para a mobilidade social, investigando como a segmentação do sistema educacional reproduz ou transforma desigualdades sociais. A pesquisa demonstrou que as diferenças entre os sistemas público e privado manifestam-se em três dimensões principais: infraestrutura e recursos materiais, qualificação e condições de trabalho docente, e orientações pedagógicas e curriculares. Essas diferenças não resultam de limitações técnicas ou econômicas inevitáveis, mas de escolhas políticas deliberadas que priorizam mercantilização da educação em detrimento de investimento público em qualidade educacional. Os achados evidenciam que a dualidade estrutural do sistema educacional brasileiro perpetua ciclos intergeracionais de desigualdade, na medida em que a qualidade educacional acessada por cada indivíduo correlaciona-se fortemente com sua origem social, limitando possibilidades de mobilidade ascendente para estudantes de classes populares.

As contribuições deste trabalho situam-se em múltiplas dimensões. No plano teórico, a pesquisa articula literatura sobre desigualdades educacionais, políticas públicas e mobilidade social, oferecendo síntese abrangente que integra perspectivas frequentemente tratadas de forma fragmentada. No plano empírico, o mapeamento sistemático das diferenças entre educação pública e privada e suas consequências fornece panorama atualizado do sistema educacional brasileiro, identificando continuidades históricas e transformações recentes. No plano prático, os resultados fornecem subsídios para formulação de políticas educacionais mais equitativas, sugerindo que a democratização efetiva da educação exige não apenas expansão do acesso, mas investimento massivo em qualidade, valorização docente, redução de desigualdades regionais e resistência a processos de mercantilização e financeirização. A compreensão das múltiplas dimensões que estruturam as desigualdades educacionais constitui passo fundamental para desenvolvimento de estratégias capazes de romper com a reprodução de privilégios e promover justiça social.

Reconhecem-se, contudo, limitações significativas que delimitam o alcance dos achados e sugerem direções para investigações futuras. A pesquisa fundamentou-se exclusivamente em revisão bibliográfica, não incluindo dados empíricos primários que poderiam enriquecer a compreensão de como estudantes, famílias e docentes experienciam concretamente as desigualdades educacionais. A

análise concentrou-se no contexto brasileiro, não contemplando comparações sistemáticas com sistemas educacionais de outros países que enfrentam desafios semelhantes. A natureza qualitativa do estudo, embora permita profundidade interpretativa, não possibilita mensuração precisa da magnitude dos impactos das diferenças educacionais sobre trajetórias de mobilidade social. Estudos futuros poderiam complementar esta pesquisa mediante abordagens quantitativas que mensurem correlações entre qualidade educacional e mobilidade social, investigações etnográficas que examinem experiências cotidianas de desigualdade em contextos escolares específicos, análises longitudinais que acompanhem trajetórias educacionais e profissionais de estudantes de diferentes origens sociais, e estudos comparativos internacionais que identifiquem políticas bem-sucedidas de democratização educacional.

A educação permanece como questão central para o futuro da sociedade brasileira. A persistência de desigualdades educacionais profundas compromete não apenas as possibilidades de mobilidade social individual, mas a própria viabilidade de construção de sociedade democrática e justa. Os avanços legislativos e as políticas de expansão do acesso educacional das últimas décadas, conquistas importantes que não devem ser minimizadas, revelam-se insuficientes diante da magnitude do desafio. A segmentação do sistema educacional, aprofundada por processos de mercantilização e financeirização, transforma educação de direito social em mercadoria, perpetuando privilégios de elites e limitando horizontes de classes populares. A superação desse padrão exige não apenas ajustes técnicos ou incrementos orçamentários, mas transformação profunda que recoloque a educação pública de qualidade como prioridade nacional e como instrumento de democratização efetiva de oportunidades. Este estudo oferece contribuição modesta, porém necessária, para esse projeto coletivo de transformação, iluminando mecanismos através dos quais desigualdades são reproduzidas e apontando caminhos possíveis para sua superação. A luta por educação pública, gratuita e de qualidade para todos constitui, em última instância, luta pela construção de sociedade na qual o destino de cada pessoa não seja determinado pelas circunstâncias de seu nascimento, mas pelas oportunidades efetivamente garantidas a todos os cidadãos.



## REFERÊNCIAS

- Almeida, W. (2021). The impact of for-profit higher education on brazilian education. *Latin American Perspectives*, 49(3), 84–98. <https://doi.org/10.1177/0094582x211008156>
- Bação, P.; Mazon, D.; Simões, M. (2023). The financialization of health and education and inequality in twenty-first century brazil. *Latin American Perspectives*, 50(5), 47–66. <https://doi.org/10.1177/0094582x231203206>
- Bechi, D.; Almeida, M. (2024). Exogenous privatization and advances of academic capitalism in brazil and argentina. *Educação em Revista*, 40. <https://doi.org/10.1590/0102-469840036t>
- Bombarda, A. (2019). A influência das agências internacionais no brasil: os acordos mec/usaaid no contexto da ditadura militar de 1964. *Revista Educação e Emancipação*, 12(3), 246–268. <https://doi.org/10.18764/2358-4319.v12n3p246-268>
- Borghi, R.; Domiciano, C. (2023). Programa acelera brasil na rede estadual de goiás: implicações para o direito humano à educação (dhe). *Educação e Filosofia*, 37(79), 201–234. <https://doi.org/10.14393/revedfil.v37n79a2023-65860>
- Brito, V.; Silva, D.; Nunes, C. (2021). Formação docente e currículo: desafios contemporâneos. *Linguagens, Educação e Sociedade*, 1(1), 118–138. <https://doi.org/10.26694/les.v1i1.8397>
- Carvalho, F.; Pereira, C.; Cruz, D. (2020). A política pública de educação profissional no brasil: descaso, conveniência, avanço e retrocesso. *Brazilian Journal of Development*, 6(7), 46560–46574. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-333>
- Feitosa, W.; Prestes, T.; Araújo, A.; Gonçalves, A.; Rocha, A.; Silva, L.; Vasconcelos, V. (2022). Educação em tempos de covid-19: uma revisão sistemática sobre os impactos do isolamento social na qualidade do acesso à educação básica no brasil / education in times of covid-19: a systematic review on the impacts of social isolation on the quality of access to basic education in brazil. *Id on Line: Revista de Psicologia*, 16(63), 492–514. <https://doi.org/10.14295/online.v16i63.3558>
- Fernandes, J.; Silva, R.; Teixeira, G.; Florêncio, R.; Silva, L.; Freitas, C. (2020). Nursing education: mapping in the perspective of transformation. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 73(3). <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2018-0749>
- Fraga, L.; Pelegrini, T.; Bagolin, I. (2022). The factors influencing intergenerational mobility levels among higher education graduates in brazil: a comparison of the years 2004 and 2018. *Journal of Social and Development Sciences*, 13(1(S)), 59–71. [https://doi.org/10.22610/jsds.v13i1\(s\).3294](https://doi.org/10.22610/jsds.v13i1(s).3294)
- Gauthier, N.; Freitas, M. (2020). Programa ciência sem fronteiras: um relato de experiência por estudantes de engenharia de pesca. *Revista Eletrônica de Educação*, 14, e3633105. <https://doi.org/10.14244/198271993633>
- Góis, E.; Salerno, S.; Silva, S. (2023). O impacto do relatório elaborado pelo banco mundial na educação superior no brasil. *Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas*, 24(3), 412–416. <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2023v24n3p412-416>



- Guimarães, R.; Silva, A.; Souza, M.; Guimarães, A.; Lauro, M.; Naghettini, A.; Lima, P. (2023). Trend and spatial clustering of medical education in brazil: an ecological study of time series from 2010 to 2021. *BMC Health Services Research*, 23(1). <https://doi.org/10.1186/s12913-023-09795-9>
- Khawaja, S.; Anjos, E. (2023). Challenges and prospects of private higher education in brazil. *IJPHE*, 1(3), 56–84. <https://doi.org/10.60166/klbl1408>
- Lima, C. (2020). A relação público-privado na expansão do atendimento à educação infantil no município de teresina-pi. *Revista Brasileira de Educação do Campo*, 5, e10675. <https://doi.org/10.20873/uft.rbec.e10675>
- Loureiro, P. (2019). Social structure and distributive policies under the pt governments: a poverty-reducing variety of neoliberalism. *Latin American Perspectives*, 47(2), 65–83. <https://doi.org/10.1177/0094582x19881986>
- Machado, C.; Andrade, E. (2021). Democratização do direito à educação básica no brasil: algumas ponderações. *Cadernos de Pesquisa*, 28(1), 33–58. <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v28n1p33-58>